

Estudo Técnico Preliminar - ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1.** Ofício Nº 062/2026 – Oriundo das secretarias demandantes.
- 1.2.** Contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalações de aparelhos de ar-condicionado, para atender as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde, Ação Social e da Secretaria de Administração e desenvolvimento econômico, todas do Município de Lagoa de Itaenga-PE."

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1.** A presente demanda decorre da necessidade de suprir as Unidades Administrativas do Município de Lagoa de Itaenga para prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalações de aparelhos de ar-condicionado, para atender as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde, Ação Social e da Secretaria de Administração e desenvolvimento econômico, todas do Município de Lagoa de Itaenga-PE."
- 2.2.** A manutenção corretiva consiste na solução de eventuais problemas, danos ou defeitos existentes, assim como os que venham a ocorrer no curso da execução do contrato, de forma a garantir o perfeito funcionamento dos aparelhos/equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes defeituosos, desgastados ou danificados; execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos; restabelecimento da carga do gás refrigerante; dentre outros.
- 2.3.** Aplicação de materiais e produtos tais como: graxas, solventes, produtos químicos de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferruginosa, tinta, lixa, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para acondicionamento de detritos, materiais para solda, zarcão, vaselina, gases refrigerantes, trapo, óleos lubrificantes, oxigênio, nitrogênio, acetileno, e outros materiais e produtos de limpeza em geral.
- 2.4.** - Revisão de todo o mecanismo de funcionamento, com os ajustes, regulagens e lubrificação necessárias, além de limpeza da unidade evaporadora e condensadora, com a detecção e correção de vazamento do fluído refrigerante do aparelho;
- 2.5.** Justificativas para a Contratação:
- 2.6.** Manutenção preventiva corretiva:
- 2.7.** Manter Revisão do sensor de temperatura;
- 2.8.** Substituição de materiais danificados:
- 2.9.** Substituir itens que apresentem defeitos ou estejam em más condições de uso.
- 2.10.** Atendimento a novas demandas:
- 2.11.** Acompanhar o crescimento da organização e suas necessidades adicionais do município do Lagoa de Itaenga/PE.

3. ÁREA REQUISITANTE

- 3.1. Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico
- 3.2. Secretaria Municipal de Saúde
- 3.3. Secretaria Municipal de Promoção e Direitos Humanos
- 3.4. Secretaria Municipal de Educação

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalações de aparelhos de ar-condicionado condicionado justifica-se pela necessidade de garantir a **qualidade do ar interno**, assegurar o **conforto térmico** e prolongar a **vida útil dos equipamentos**. O serviço previne falhas, melhora a eficiência energética e atende às exigências sanitárias vigentes

4.1.1. Considerando que para o funcionamento destas Secretarias é de grande importância a referida da manutenção para que todos os setores possam funcionar adequadamente, pois o serviço é necessário para que o servidor público possa exercer suas funções.

4.1.2. Contratação Manutenção Preventiva: Execução de rotinas periódicas (limpeza de filtros, verificação de pressão de gás e lubrificação) para evitar paradas repentinas e falhas nos equipamentos.

4.1.3. Manutenção Corretiva: Atendimento sob demanda para o conserto de peças defeituosas (compressores, placas, ventiladores), além de instalação ou desinstalação de máquinas quando necessário.

4.1.4. Considerando o crescimento das demandas internas e o compromisso da

4.1.5. A manutenção preventiva de ar condicionado precisa ser feita por técnicos especializados para garantir a melhor qualidade do ar para as pessoas que ali respiram e um ótimo rendimento de climatização.

4.2. É importante destacar que as preferências correspondentes à cada Secretaria podem variar, de acordo com suas necessidades.

4.3. Os serviços devem ser fornecidos mediante emissão da ordem de fornecimento e recebidos sob supervisão de servidores da instituição, indicados para o recebimento, conforme solicitação.

4.4. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, mantendo durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Todas as despesas de serviços, por conta do fornecedor.

4.5. Com relação a habilitação, considerando tratar-se de produto de pronta entrega, contudo, itens essenciais, conforme delineado acima, tendo em vista tratar-se de uma contratação caracterizada como fornecimento continuado, já que rotineiramente deverá ser

distribuído as alunas do município o objeto aqui delineado, se faz necessário que o licitante apresente no mínimo os seguintes requisitos de habilitação:

Habilitação jurídica

- 4.5.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 4.5.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.5.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 4.5.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.5.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 4.5.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.5.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 4.5.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 4.5.9.** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 4.5.10.** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

4.5.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

4.5.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.5.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.5.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.5.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.5.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.5.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.5.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.5.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

4.5.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.5.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.5.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.5.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.5.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.5.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.5.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.5.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos quais o licitante for declarado classificado.

4.5.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.6. No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

4.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

4.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

4.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

4.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

4.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da

assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. O levantamento de mercado para serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalações de aparelhos de ar-condicionado envolve a pesquisa e análise do mercado para identificar as melhores opções disponíveis, incluindo fornecedores, preços, condições de pagamento e prazos de entrega, com o objetivo de garantir uma compra eficiente e vantajosa.

5.2. Na busca de um preço médio para o item, inicialmente serão realizadas cotações para estimativa de preços Banco de Preços, fundamental para que o poder público tenha agilidade na elaboração de editais oferecendo mais flexibilidade e transparência às contas.

5.3. Os preços que apresentados serão referenciais, buscando apresentar a provável dimensão do impacto orçamentário para avaliação da viabilidade da contratação.

5.4. Visando buscar a melhor solução de acordo com o nosso contexto. Apresentamos as seguintes soluções:

5.4.1. Solução 1 (um): Produzir os itens;

5.4.2. Solução 2 (dois): Adesão à Ata de Registro de Preço;

5.4.3. Solução 3 (três): Aquisição de itens para o município por intermédio de um Pregão Eletrônico.

5.4.4. Comparativamente, produzir os itens (Solução 1) acarretaria em altos custos iniciais, riscos de produção e pouca flexibilidade, sendo raramente a melhor opção para aquisições rotineiras. Já a adesão à Ata de Registro de Preço (Solução 2), embora rápida, limita a margem de negociação do município, que fica atrelado a preços e condições pré-estabelecidos por outra licitação. O Pregão Eletrônico, por sua vez, oferece também maior eficiência devido aos prazos reduzidos e à tramitação digital, além de garantir total transparência e segurança jurídica, já que todo o processo é público e rastreável. Em suma, o Pregão Eletrônico equilibra economia, agilidade e conformidade, tornando-o a escolha ideal para o município. Portanto, a aquisição de itens via Pregão Eletrônico (Solução 3) emerge claramente como a mais vantajosa. Sua principal força reside na ampla competitividade que gera: ao permitir a participação de inúmeros fornecedores de todo o país através de lances em tempo real, o Pregão Eletrônico impulsiona a redução de preços, otimizando o uso dos recursos públicos e garantindo a proposta mais econômica.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalações de aparelhos de ar-condicionado, para atender as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde, Ação Social e da Secretaria de Administração e desenvolvimento econômico, todas do Município de Lagoa de Itaenga-PE."

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Para estimar a prestação de serviço a ser contratada, foi necessário realizar um levantamento detalhado das necessidades. O quantitativo baseou-se em um lavamento realizada por uma empresa com o objetivo de mapear e planejar a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização

7.2. Nesse contexto, considerando o acima registrado, os quantitativos que integram o presente item será distribuído entre as unidades orçamentarias da seguinte forma:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD Prefeitura	QTD Assistência	QTD Saúde	QTD Educação	QTD TOTAL
1	2771	preventiva de ar-condicionado modelo split com capacidade de 9000 BTUs, incluindo aplicação de desincrustante ácido para limpeza da serpentina e aplicação de bactericida aromatizante, limpeza com lavagem e desmontagem da unidade interna para limpeza dos componentes turbinas, calha e carenagem plástica e limpeza com jateamento de água na unidade externa.	Uni	0	2	2	10	14
2	2771	Serviço de manutenção preventiva de ar-condicionado modelo split com capacidade de 12.000 BTUs, incluindo aplicação de desincrustante ácido para limpeza da serpentina e aplicação de bactericida aromatizante, limpeza com lavagem e desmontagem da unidade interna para limpeza dos componentes turbinas, calha e carenagem plástica e limpeza com jateamento de água na unidade externa.	Uni	3	6	10	48	67



3	2771	Serviço de manutenção preventiva de ar-condicionado modelo split com capacidade de 18000 BTUs, incluindo aplicação de desincrustante ácido para limpeza da serpentina e aplicação de bactericida aromatizante, limpeza com lavagem e desmontagem da unidade interna para limpeza dos componentes turbinas, calha e carenagem plástica e limpeza com jateamento de água na unidade externa.	Uni	6	14	32	37	89
4	2771	serviço de recarga do gás refrigerante em quantidade compatível com a capacidade do equipamento, 9000 a 18000 BTUs conforme especificação do fabricante; R-22, R-410A, R-32 conforme o modelo, capacidade e especificação técnica do fabricante do equipamento.	Uni	4	14	54	12	84
5	2771	Serviço de manutenção corretiva de ar-condicionado split de 9000 a 18000 BTUs; substituição de capacitores das unidades condensadora, para o compressor e motor ventilador.	Uni	1	1	1	16	19
6	18619	Desinstalação de ar-condicionado split com capacidade de 9000 a 18000 BTUs	Uni	1	1	1	15	18
7	18619	Serviço de instalação do aparelho de ar-condicionado de 9000 BTUs split incluso: fornecimento de mão de obra, tubulação de cobre, isolamento, cabos de interligação, suporte para condensadora, parafusos, buchas, fita pvc, instalação dos equipamentos, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de 3 metros.	Uni	1	1	1	15	18



8	18619	Serviço de instalação do aparelho de ar-condicionado de 12000 BTUs split incluso: fornecimento de mão de obra, tubulação de cobre, isolamento, cabos de interligação, suporte para condensadora, parafusos, buchas, fita pvc, instalação dos equipamentos, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de 3 metros.	Uni	1	1	1	23	26
9	18619	Serviço de instalação do aparelho de ar-condicionado de 18000 BTUs split incluso: fornecimento de mão de obra, tubulação de cobre, isolamento, cabos de interligação, suporte para condensadora, parafusos, buchas, fita pvc, instalação dos equipamentos, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de 3 metros.	Uni	1	1	1	71	74

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para fins de definição do valor estimativo, foi realizada pesquisa de preços que resultou no valor global de **R\$ 176.147,44 (Cento e setenta e seis mil cento e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos.)**

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1. A aquisição em tela será parcelada apenas para fins de atendimento ao fixado nos incisos do Art. 48 da Lei Complementar, 123/2006 e suas alterações, no caso de enquadramento do estimado da contratação ao valor disposto no dispositivo acima mencionado.

9.2. Conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária, sem contar que os produtos necessitam ser repassados mensalmente às usuárias, para um maior controle na distribuição.

9.3. Portanto, no corrente caso, a forma de adjudicação do objeto deverá ser por item.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

10.1. Não há nesta contratação nenhuma relação correlata com demais contratações.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A Administração deverá designar “fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade” (Acórdão nº 1.094/2013 - Plenário, do TCU), em momento prévio ou, no máximo, contemporâneo ao início da vigência contratual.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A licitante vencedora deverá observar no que couber, os critérios de contido no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG sustentabilidade ambiental contido e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

12.2. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

12.3. Cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

12.4. Cumprir os critérios previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União.

12.5. Com o objetivo de preservar e fomentar práticas não danosas ao meio ambiente, exige-se que seus fornecedores atendam certos requisitos ambientais, de produção e distribuição, tais como: sempre utilizar componentes atóxicos e que possível, na fabricação, utilizar materiais biodegradáveis; jamais utilizar no modo de produção trabalho escravo ou infantil; buscar a utilização de máquinas que reduzam a geração de resíduos industriais; na distribuição, sempre que possível utilizar embalagens compactas com o menor volume possível em materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

13. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1 Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1.1 Diante do apresentado no presente estudo, declaramos a contratação em questão, técnica e, bem como aderente ao Plano de Contratações de Bens e Serviços e ao economicamente viável planejamento estratégico desta secretária.

Lagoa de Itaenga, 01 de junho de 2026.



Sandryelle Maria Moura da Silva
Servidora Pública Municipal

Fabiano Batista Gomes Paiva
Servidor Público Municipal

Maria Daniele de Souza Melo
Servidora da Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico

Glaucy Beatriz Rodrigues Cavalcante
Servidora da Secretaria de Saúde

Ana Regina de Albuquerque Melo de Moraes
Servidora da Secretaria de Promoção Social e Direitos Humanos

Edjane Maria de Luna Ferreira Cabral
Servidora da Secretaria de Educação